



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

MICHELLE PIRES DOURADO
SÂMELA PINHEIRO DE SOUZA

**ESTRATÉGIAS DE ÊXITO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: POLÍTICAS
VOLTADAS À PROBLEMÁTICA DAS ALUNAS-MÃES NO ENSINO SUPERIOR NO
ESTADO DE RONDÔNIA**

PORTO VELHO
2024

MICHELLE PIRES DOURADO
SÂMELA PINHEIRO DE SOUZA

**ESTRATÉGIAS DE ÊXITO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: POLÍTICAS
VOLTADAS À PROBLEMÁTICA DAS ALUNAS-MÃES NO ENSINO SUPERIOR NO
ESTADO DE RONDÔNIA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo junto ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Orientadora: Professora Gliciene Quintão Coimbra.
Coorientadora Vanderlândia Tomaz de Souza.

PORTO VELHO
2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Souza, Sâmela Pinheiro de.
ESTRATÉGIAS DE ÊXITO E PERMANÊNCIA NO ENSINO
SUPERIOR: POLÍTICAS VOLTADAS À PROBLEMÁTICA DAS
ALUNAS-MÃES NO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE RONDÔNIA
/ Sâmela Pinheiro de Souza, Michelle Pires Dourado, Porto Velho-RO, 2024.
26 f.

Orientador(a): Prof. Gliciene Quintão Coimbra.
Coorientador(a): Prof. Vanderlândia Tomaz de Souza.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão
Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia -
IFRO, Porto Velho-RO, 2024.

1. Mães-estudantes. 2. Evasão. 3. Ensino Superior. I. Dourado, Michelle
Pires. II. Coimbra, Gliciene Quintão (orient.). III. Souza, Vanderlândia Tomaz
de (coorient.). IV. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Rondônia - IFRO. V. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Celia Reis Sales, CRB-CRB11/955 (Campus Porto Velho Zona Norte)

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus por nos dar entusiasmo e força para superar os desafios encontrados durante nossa trajetória acadêmica.

Agradecemos ao IFRO - Campus Porto Velho Zona Norte e aos nossos professores e professoras por nos proporcionar a realização de um sonho. Por todo o tempo que dedicaram a nos ajudar durante o processo da realização do presente trabalho.

Agradecemos pela compreensão que tiveram conosco durante nossa trajetória acadêmica. Em especial à professora Gliciene Coimbra, nossa orientadora, pela competência e paciência com que conduziu todo o trabalho de orientação.

Agradecemos pelas amizades que obtivemos durante a nossa vida acadêmica na Instituição. De forma direta e indireta, fica aqui registrado, o nosso muito obrigada!

LISTA DE GRÁFICOS E ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Indicadores de trajetória dos estudantes no curso de ingressos.....	17
Gráfico 2 - Nível de Formação de Mães solo, indicador racial.....	18
Gráfico 3 - Relação entre a idade em que as mães solo tiveram o primeiro filho e a proporção delas que têm ensino superior completo.....	19
Imagem 1. Painel do Centro de Informações do Registro Civil.....	20
Imagem 2 - Foto da creche da UnB.....	23
Imagem 3 - Foto da sala lúdica do IFB.....	24

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	09
3. JUSTIFICATIVA	09
4. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	10
4.1 DIREITO À EDUCAÇÃO E A IGUALDADE DE CONDIÇÕES.....	10
4.2 CARACTERÍSTICAS DOS ALUNOS EVADIDOS.....	11
4.3 MÃES-SOLO E A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR NOTURNO	12
5. OBJETIVOS.....	13
5.1 OBJETIVO GERAL.....	13
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	14
6.1 CLASSIFICAÇÃO METODOLÓGICA.....	14
6.2. ESTRATÉGIA PARA COLETA DE DADOS.....	14
6.2.1. Instrumento para coleta de dados.....	14
7. RESULTADO DA PESQUISA.....	15
7.1 QUADRO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E O PERFIL DO ESTUDANTE.....	15
7.2 EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR.....	16
7.3 EVASÃO X MÃES ESTUDANTES.....	17
7.4 ESTRATÉGIAS EXISTENTES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO VOLTADAS PARA MÃES ESTUDANTES.....	20
7.4.1 <i>Quais são as políticas públicas voltadas à educação através do MEC, que visam diminuir desigualdades e fortalecer o ambiente escolar com programas educacionais nas instituições de ensino?</i>	20
7.4.2 <i>Projeto de Lei objetivava obrigar as universidades a criar espaços para filho de alunos(as).</i>	21
7.4.3 <i>Lei Nº 14.925, de 17 de julho de 2024.</i>	21
7.4.4 <i>Brinquedoteca da UNIR atende crianças da comunidade</i>	22

<i>7.4.5 Algumas universidades públicas e privadas que oferecem creches universitárias ou convênios com creches.....</i>	<i>22</i>
8. CONCLUSÃO.....	25
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	26
10. ANEXOS	29
10.1 FOTOS DO ESPAÇO LUDOIF DO CAMPUS BRASÍLIA DO IFB, CAPTURADAS PELAS AUTORAS DESTE ARTIGO DURANTE VISITA TÉCNICA NO DIA 19 DE JUNHO DE 2024.....	29

RESUMO

O presente trabalho pesquisou as estratégias de êxito e permanência de alunas-mães no ensino superior em Rondônia, destacando as políticas públicas existentes no país e suas implicações, abordando os desafios enfrentados por esse grupo, que vão desde a falta de apoio familiar, emocionais, problemas financeiros e institucionais. Frequentemente, mães estudantes necessitam levar seus filhos menores às instituições de ensino por falta de suporte familiar ou até mesmo por não ter condições financeiras de contratar cuidadoras de crianças. O estudo utiliza uma abordagem qualitativa, e se baseia em um levantamento bibliográfico de dados. O objetivo do trabalho foi abordar os motivos que levam muitas alunas à evasão no ensino superior e verificar as possíveis estratégias de controle a essa problemática presente nas instituições de ensino superior no Estado de Rondônia. Diante dos resultados obtidos, destacamos a necessidade de ampliação sobre o tema, para que haja maior visibilidade do problema em cada realidade enfrentada nas Instituições de ensino superior no Estado de Rondônia, em busca de implementar ações transformadoras a partir da mobilização e comprometimento de todos os envolvidos em prol de ajudar a diminuir a evasão escolar das mães de ensino superior nas instituições públicas e privadas de Rondônia.

Palavras-chave: Mães, Evasão, Ensino Superior.

ABSTRACT

This work investigates the strategies for success and retention of student-mothers in higher education in Rondônia, highlighting the existing public policies in the country and their implications, addressing the challenges faced by this group, which range from lack of family support, financial problems and emotional to institutional ones. Often, student mothers need to take their children to educational institutions due to a lack of family support or even because they do not have the financial means to hire childcare providers. The study uses a qualitative approach, and is based on a bibliographic data survey. The objective of the work was to address the reasons that lead many students to drop out of higher education and verify possible strategies to combat this problem present in higher education institutions in the State of Rondônia.

Keywords: Mothers, Dropout, Higher Education.

LISTA DE SIGLAS

ONU - Organização das Nações Unidas

UNESCO - ONU - Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas

PAPE - Programa de Acolhimento, Permanência e Êxito

MEC - Ministério da Educação

EJA - Educação de Jovens e Adultos

PBP - Programa de Bolsa Permanência

CFB - Constituição Federal Brasileira

UNIR - Universidade Federal de Rondônia

IBADE - Instituto Brasileiro de Apoio e Desenvolvimento Executivo

EAD - Ensino a Distância

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

1. INTRODUÇÃO

A evasão escolar é um problema que atinge a educação em todos os níveis. As causas são diversas, mas quase sempre estão ligadas a fatores socioeconômicos, como a desigualdade social que interferem nas condições necessárias para o acesso, a permanência e êxito. Esse fato causa danos financeiros tanto às alunas, quanto às instituições de ensino, além de causar danos ao desenvolvimento intelectual. Uma vez que há um planejamento a ser seguido, e a destinação de verbas por aluno é precisa, mas principalmente se faz necessário a sucessão para evitar as desigualdades existentes.

Dentre as principais causas de evasão escolar estão as dificuldades em conciliar o trabalho com os estudos, além das dificuldades financeiras e a distância entre a residência e o campus universitário. Os desafios enfrentados pelas alunas e principalmente se tratando das mães-solo são diversos e frequentemente interrompem o processo de formação acadêmica, atrasando o alcance de seus objetivos pessoais e profissionais e contribuindo para a desigualdade socioeconômica já existente. Esses efeitos geram impactos sociais como o aumento da criminalidade, da prostituição, gravidez indesejada, problemas emocionais, dentre outros problemas sociais.

A educação acadêmica para as mulheres com filhos menores torna-se um desafio, pois muitas delas não têm o suporte familiar ou governamental adequado. Tal situação configura-se como um desafio para gestores educacionais dos variados níveis de ensino, principalmente relacionado às limitações técnicas e orçamentárias a que são condicionados. É necessário que as políticas públicas de permanência e êxito na educação estejam alinhadas à realidade de seus beneficiários para que se tornem eficazes. Para isso, é preciso que o gestor tome conhecimento das dificuldades e expectativas da população afetada em relação às políticas existentes e as necessidades de novos tipos de medidas que possam surgir.

A evasão escolar é tema que esteve sempre presente em nosso contexto educacional e tem ganhado destaque nas discussões atuais, pois ainda se configura como grande problema a ser enfrentado pelas instituições de ensino, pela sociedade e pelo Estado, já que pode ser caracterizada como fator que contribui para a redução da eficácia da educação no processo de inclusão social.

Com isso, este trabalho visa analisar as estratégias nacionais de êxito e permanência das alunas-mães e sua implementação no ensino superior no estado de Rondônia, identificando os desafios enfrentados e as políticas públicas existentes que podem contribuir para seu sucesso acadêmico e, conseqüentemente, para a diminuição do nível de evasão escolar desse grupo. Para alcançar esse resultado, os objetivos específicos incluem a identificação dos principais desafios enfrentados por alunas-mães, levando em conta fatores sociais, econômicos e institucionais; a avaliação da eficácia e adequação das políticas públicas que apoiam essas estudantes; e a proposição

de recomendações para melhorar as práticas institucionais, visando criar um ambiente mais inclusivo e favorável à permanência e ao êxito das alunas-mães.

2. DELIMITAÇÃO DO TEMA

As estratégias de permanência e êxito voltadas para estudantes mães, adotadas por instituições de ensino superior em Rondônia, e as políticas existentes no quadro nacional para diminuição do nível de evasão acadêmica.

3. JUSTIFICATIVA

A escolha do tema "**Estratégias de Êxito e Permanência no Ensino Superior: Políticas Voltadas à Problemática das Alunas-Mães no Ensino Superior no Estado de Rondônia**" é justificada pela necessidade de abordar a inclusão feminina na educação superior, especialmente no que se refere às alunas-mães, que enfrentam desafios específicos que impactam sua trajetória acadêmica. Apesar do crescimento da participação feminina nas universidades, essas estudantes frequentemente lidam com a necessidade de conciliar responsabilidades familiares e acadêmicas, o que pode resultar em altas taxas de evasão escolar. Compreender essa realidade é essencial para desenvolver estratégias que favoreçam sua permanência e sucesso.

Embora existam iniciativas voltadas para a inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade, muitas vezes essas políticas não atendem adequadamente às necessidades das alunas-mães. A análise da eficácia das políticas públicas existentes é fundamental, reconhecendo o importante papel da gestão governamental no combate à evasão e na erradicação das desigualdades sociais decorrentes de uma formação educacional desigual ao longo dos séculos, por meio de políticas públicas eficazes que solucionem problemas frequentemente ignorados ou desmerecidos.

O direito à educação não se efetiva apenas pelo acesso, mas pela oferta de condições de permanência e êxito. A precariedade das políticas de apoio às discentes solteiras que têm filhos menores, somada à falta de suporte familiar, torna a conciliação entre maternidade e estudos um desafio ainda maior, seja pela ausência de pessoas prestativas ou pela falta de recursos financeiros para contratar uma babá para cuidados temporários. É comum que mães levem seus filhos menores para a sala de aula, mas, infelizmente, muitas alunas acabam desistindo do curso devido às dificuldades enfrentadas no ambiente acadêmico.

O contexto socioeconômico de Rondônia apresenta desafios adicionais que podem agravar a situação das alunas-mães. Esta pesquisa visa à obtenção de dados que ofereçam uma visão do cenário atual das políticas públicas voltadas, em especial, para as mães-solo. Além disso, busca compreender as especificidades desse público, contribuindo para o desenvolvimento de políticas locais. A pesquisa

pretende enriquecer o debate acadêmico e social sobre inclusão, equidade, educação e maternidade, oferecendo subsídios para futuras investigações e práticas, inspirando a criação de novas políticas ou a reformulação das atuais nas instituições de ensino superior, e colaborando com a diminuição do nível de evasão acadêmica.

Por fim, promover a permanência e o sucesso acadêmico das alunas-mães não beneficia apenas essas estudantes individualmente, mas também contribui para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual as mulheres possam assumir papéis de liderança e influência. Diante dessas considerações, a relevância do tema se torna evidente, tornando-se essencial

4. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

4.1 DIREITO À EDUCAÇÃO E A IGUALDADE DE CONDIÇÕES

O direito à educação está presente na Declaração Mundial dos Direitos Humanos, a qual foi elaborada após a Segunda Guerra e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, no intuito de garantir que todas as pessoas tenham sua dignidade preservada e vivam com qualidade. Adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU), tornou-se um elemento fundamental para a legislação estatal de diversos países, incluindo o Brasil. Na atual Constituição Federal Brasileira o art. 205 dita que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

A UNESCO (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas) em sua Declaração Mundial sobre Educação para Todos, caracteriza a educação como um direito fundamental para todos os indivíduos. No seu art. 1º, afirma que:

"1. Cada pessoa — criança, jovem ou adulto — deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo.

(UNESCO, 1998, p. 3).

Visto que devem haver condições para que todos possam além de terem oportunidades de ensino, aproveitarem-nas amplamente, ou seja, que a equidade é o princípio fundamental abordado, e que este direito está assegurado legalmente, questionamos: O direito à educação em todos os níveis de ensino, é realmente garantido no Brasil? Quais são os meios que o governo utiliza para realizá-lo? Atualmente, graças ao sistema de cotas, essas oportunidades podem estar sendo adquiridas por pessoas antes não alcançadas devido a desigualdade social.

Entretanto, não basta apenas obter acesso e ingressar; é crucial oferecer condições eficazes para que os discentes concluam seus estudos com êxito. Somente assim poderão absorver o conhecimento e se desenvolver, tornando-se cidadãos qualificados, aptos a aproveitar oportunidades e se tornarem profissionais de excelência, se assim desejarem. Quando essas condições não são fornecidas, surge o que denominamos evasão escolar. Essa ocorre quando o estudante abandona a instituição de ensino e o curso em que está matriculado, podendo acontecer por diversos motivos, como questões pessoais, psicológicas, financeiras, sociais, intelectuais ou pela falta de apoio familiar ou pedagógico.

Segundo o dicionário Aurélio (2016), “evasão” significa “evadir-se, fuga, saída”, enquanto “abandonar” é “deixar ao desamparo, deixar só, renunciar a; fugir de, deixar o lugar em que o dever o obriga a estar”. Gil (2011) afirma que “a legislação não faz essa diferenciação, acabando por tratar abandono como sinônimo de evasão”.

O grande problema decorrente da evasão é a dificuldade que o desistente enfrenta em seu desenvolvimento pessoal, especialmente em um mercado de trabalho cada vez mais criterioso e competitivo. O grau de ensino e os conhecimentos dos candidatos são levados em consideração, influenciando o nível de remuneração e a melhoria das condições de vida. Isso impacta diretamente o desenvolvimento socioeconômico de uma localidade, região ou país.

Mas por que a economia pode ser prejudicada pela evasão escolar? O alto índice de evasão resulta em uma mão de obra menos qualificada, uma vez que esses fatores estão inversamente relacionados. Com isso, os salários médios da região afetada tendem a ser menores, aumentando, assim, a desigualdade social. A falta de educação limita o indivíduo a exercer sua cidadania de maneira consciente, o que gera menor participação cívica, política e social. Esse cenário cria um ciclo de pobreza, levando à deterioração gradual da sociedade contemporânea, em decorrência de escolhas precipitadas, que resultam em déficits em todas as áreas.

4.2 CARACTERÍSTICAS DOS ALUNOS EVADIDOS

Segundo Fialho (2014), evasão é a não finalização de uma unidade educacional que conduz o estudante a um conhecimento especializado. De maneira simples, Schirmer e Taucher (2019)

destacam que a evasão não é meramente uma questão educacional, mas sim um fenômeno complexo, produzido por múltiplas causas. Para enfrentá-la, é essencial compreender o contexto socioeconômico, político e cultural em que está inserida. Além dos prejuízos institucionais, o processo de evasão gera impactos materiais e desgastes psicológicos nos estudantes evadidos.

Conforme Coulon (2008), a capacidade do estudante de descobrir, interpretar e incorporar os códigos institucionais e intelectuais da vida universitária é fundamental para sua permanência e êxito. Os ajustamentos para a vida acadêmica dependem tanto das características pessoais do estudante quanto dos serviços de apoio oferecidos pela instituição de ensino. Aqueles que, por algum motivo, não se envolvem com o ambiente acadêmico geralmente demonstram desinteresse pelos estudos e se abstêm de participar de atividades extracurriculares. Assim, em termos práticos, quanto menor o envolvimento do estudante, menores são as possibilidades de aprendizado, o que eleva as taxas de evasão (OLIVEIRA; GUIMARÃES; SANTANA, 2019).

De acordo com Souza (2018), a educação é parte integrante da cultura e da história do nosso país. Embora tenha passado por grandes transformações ao longo de sua evolução, ainda lutamos por melhores oportunidades e por uma educação de maior qualidade.

Em maio de 2016, foi criado o Programa de Acolhimento, Permanência e Êxito (PAPE), que atua em conjunto com os Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social. A meta desse programa é mobilizar as instituições escolares, identificar e localizar jovens e seus familiares, averiguar as causas da evasão escolar e apoiar o retorno desses jovens à educação (MERCADANTE; ALOÍSIO, 2016).

Segundo Marluce (2008), “a instituição de ensino é o local destinado à aprendizagem, onde o professor e o aluno interagem e reforçam laços pessoais. E esse relacionamento afeta diretamente o fator motivacional de ambos, contribuindo ou não para a aprendizagem”. Nesse processo educativo, o educador precisa estar motivado, pois assim conseguirá transmitir essa motivação aos alunos por meio do aprendizado.

4.3 MÃES-SOLO E A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR NOTURNO

Mãe-solo é a mulher responsável pela família monoparental, que arca sozinha com todas as responsabilidades relacionadas aos filhos, abrangendo aspectos emocionais, financeiros e de suporte. Essas mulheres enfrentam diariamente a sobrecarga da chamada múltipla jornada feminina, além das dificuldades impostas pelas percepções históricas da sociedade em relação ao conceito de "ser mulher" e "ser mãe", e pela falta de suporte adequado da família e do governo.

As injustiças sociais são frutos de falhas no sistema governamental. Algumas dessas injustiças foram amenizadas em relação ao acesso ao ensino superior, especialmente no que diz respeito às

dificuldades de ingresso devido a diferenças sociais, raciais e étnicas, assim como para pessoas com deficiências físicas. Isso se deu por meio de programas governamentais amparados pela Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas). Entretanto, é sabido que o ingresso é apenas a primeira etapa; o processo de formação é longo, complexo e repleto de desafios que vão além das questões materiais.

Na sociedade capitalista em que vivemos, conquistar melhorias na qualidade de vida torna-se cada dia mais desafiador. O mercado de trabalho está cada vez mais exigente e, muitas vezes, tende a ser preconceituoso em relação às mulheres, especialmente àquelas que têm crianças sob sua tutela. Uma forma que essas mulheres encontram para garantir mais oportunidades é por meio do investimento na formação técnica e profissional.

De acordo com Marchezan (2000):

“a educação é o fator decisivo para reduzir a pobreza e a miséria. Sabemos que ela não tem o poder mágico de tirar uma família desempregada, sem casa ou sem terra, da situação de penúria, mas há suficiente evidência estatística de que a educação abre horizontes de emprego, aumenta a produtividade, desenvolve a criatividade, melhora o salário, orienta a pessoa a cuidar melhor de sua saúde. Enfim, a educação é uma chave para uma vida mais digna. A superação da pobreza somente poderá ocorrer se forem adotadas medidas econômicas concomitantemente a um maciço investimento em educação.”

Segundo o Instituto Brasileiro de Apoio e Desenvolvimento Executivo (IBADE, 2017), “abandono é um processo no qual um estudante não se adapta aos padrões exigidos pela sua turma e, gradualmente, se desinteressa pelo sistema educacional.”

A desigualdade no mercado de trabalho é constantemente verificada no país, por meio de pesquisas de instituições especializadas em obtenção de dados, elaboração de informações e relatórios.

Segundo Marluce, (2008):

“A evolução histórica da educação foi marcada por grandes transformações que ocasionaram grande repercussão no cenário mundial. No campo educacional, as formas de ensino tornaram-se mais dinâmicas, interativas e informatizadas. Em contrapartida, essas mudanças fizeram surgir problemas merecedores de atenção como a evasão e a repetência escolar, violência na escola, a indisciplina e a falta de motivação para o estudo.”

Conforme Souza (2018), “A instituição escolar é o local onde o jovem passa a maior parte de sua vida. Sendo o local onde se concentram aglomerados de diferenças sociais e religiosas, cabendo ao educador, além de ministrar, trabalhar como intermediário das situações difusas que possam vir a surgir”.

5. OBJETIVOS

5.1. OBJETIVO GERAL

Analisar as estratégias nacionais de êxito e permanência das alunas-mães no ensino superior e sua materialidade no estado de Rondônia, identificando os desafios enfrentados e as políticas públicas existentes que podem contribuir para seu sucesso acadêmico e consequente diminuição do nível de evasão escolar deste grupo.

5.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os principais desafios enfrentados por alunas-mães no ensino superior, considerando fatores sociais, econômicos e institucionais.
- Avaliar as políticas públicas existentes no âmbito nacional que apoiam alunas-mães, e no Estado de Rondônia.
- Propor políticas e legislações para melhorar as práticas institucionais, visando criar um ambiente mais inclusivo e favorável à permanência e êxito das alunas-mães.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

6.1. CLASSIFICAÇÃO METODOLÓGICA

Considerando a classificação metodológica de Creswell e Clark (2015), o presente estudo classifica-se como: qualitativo, quanto à natureza da abordagem metodológica, pois busca obter dados que contribuam para a compreensão de estratégias de êxito e permanência de mães-estudantes no ensino superior. De temporalidade transversal, uma vez que se concentra em um recorte temporal específico, analisando a situação atual das alunas-mães e as políticas públicas vigentes no momento da pesquisa.

De objetivo descritivo pois visa analisar as condições e experiências das alunas-mães, descrever a realidade enfrentada por esse grupo, bem como as políticas que impactam sua permanência e sucesso acadêmico, embora também busque a compreensão de sua importância das políticas de permanência estudantil; e quanto ao método, os dados serão coletados utilizando como instrumento a Pesquisa Bibliográfica, que se concentra na coleta e análise de informações já publicadas em livros, artigos, teses, dissertações e outros materiais acadêmicos ou científicos.

6.2. ESTRATÉGIA PARA COLETA DE DADOS

6.2.1. Instrumento para coleta de dados

- Revisão Bibliográfica:
 - a. Fontes Acadêmicas: livros, artigos, teses e dissertações que abordem a temática das alunas-mães no ensino superior, políticas públicas e desafios enfrentados.
- Análise de Dados Secundários:

- a. Estatísticas e Dados Censitários: Utilizar dados disponíveis de censos e estatísticas educacionais que possam fornecer contexto sobre a presença de alunas-mães no ensino superior em Rondônia.
- b. Tivemos a oportunidade de conhecer o Instituto Federal de Brasília, onde existe uma sala equipada especialmente para receber as crianças de alunas e profissionais da instituição de ensino, como exemplo a ser seguido também por outros Estados brasileiros que necessitam colocar em prática políticas públicas voltadas para ajudar as alunas que necessitam estar com seus filhos menores durante o período de aula.
(como mostra as fotos em anexo).

7. RESULTADO DA PESQUISA

7.1 QUADRO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E O PERFIL DO ESTUDANTE

Segundo o Instituto Semesp (2024), centro de inteligência analítica criado pelo Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp), 62,8% dos ingressantes no ano de 2021 matricularam-se em cursos de Ensino a Distância (EAD). Esse número reflete a crescente adesão a modalidades de ensino mais flexíveis, que permitem aos estudantes conciliar estudos com outras atividades, como trabalho e responsabilidades familiares. O aumento da oferta de cursos EAD também está relacionado à expansão do acesso à educação superior em regiões mais distantes dos grandes centros urbanos, onde a presença de instituições de ensino presenciais é limitada.

Contudo, essa transição para o EAD também levanta questões sobre a qualidade do ensino e a necessidade de adaptação tecnológica para garantir uma experiência educacional efetiva e inclusiva, o que é um dos pontos de aumento substancial no nível de evasão estudantil no país.

Constatou-se que nessa modalidade de ensino, a faixa etária predominante é a de 31 a 40 anos. Em contrapartida, 63,2% dos alunos matriculados em instituições de ensino superior na modalidade presencial possuem até 24 anos, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP, 2022). Esse dado reflete que a maioria dos estudantes presenciais segue uma trajetória educacional mais linear, ingressando na faculdade logo após o ensino médio.

Essa concentração de jovens na modalidade presencial destaca o papel das instituições no processo de formação acadêmica inicial, além de reforçar a importância de políticas voltadas para garantir a permanência e conclusão dos estudos na faixa etária de 31 a 40 anos, enfrentando desafios como a evasão e a conciliação entre estudo e trabalho. Essa diferenciação entre as idades dos alunos nas duas modalidades ressalta a necessidade de estratégias educacionais que atendam às diversas realidades.

Conforme os resultados obtidos por meio da análise dos resultados do Questionário do Estudante, no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2022, o perfil dos alunos

do ensino superior é composto em sua maioria por mulheres, que representam 59,6% do total, das quais 52,9% são brancas. Além disso, 67,9% dos alunos são solteiros. Em termos de condições financeiras, 69% dos estudantes possuem renda familiar entre 1,5 e 4,5 salários mínimos, refletindo a realidade econômica de muitos jovens brasileiros. Por fim, 51,4% dos indivíduos trabalham 48 horas semanais ou mais, comprovando a necessidade de conciliar trabalho e estudos, um desafio que pode impactar o desempenho acadêmico e a permanência na educação superior. Ressaltando a importância de políticas que promovam a inclusão e o suporte necessário para essa população estudantil.

7.2 EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR

A evasão de alunos é um dos problemas mais recorrentes no ensino superior, tanto em instituições públicas quanto privadas. O abandono do curso e da instituição gera desperdício financeiro, social e acadêmico. O que pode ser feito para melhorar o acesso ao ensino superior? Estimular a formação no ensino médio é o primeiro passo para aumentar o ingresso nessa modalidade. Diminuir a evasão escolar e garantir um ensino público de qualidade permite que os jovens construam um futuro com mais oportunidades por meio de uma carreira profissional.

Conforme Souza (2018), tal fenômeno pode ocasionar sérias repercussões acadêmicas, sociais e econômicas, acarretando problemas escolares para os alunos e para a sociedade. E também problemas de natureza pedagógica e administrativa para o sistema educacional. Isso resulta em perdas financeiras para as instituições de ensino e para o governo, devido a gastos desnecessários e investimentos desperdiçados em materiais e profissionais para vagas ocupadas por alunos que não concluíram os cursos.

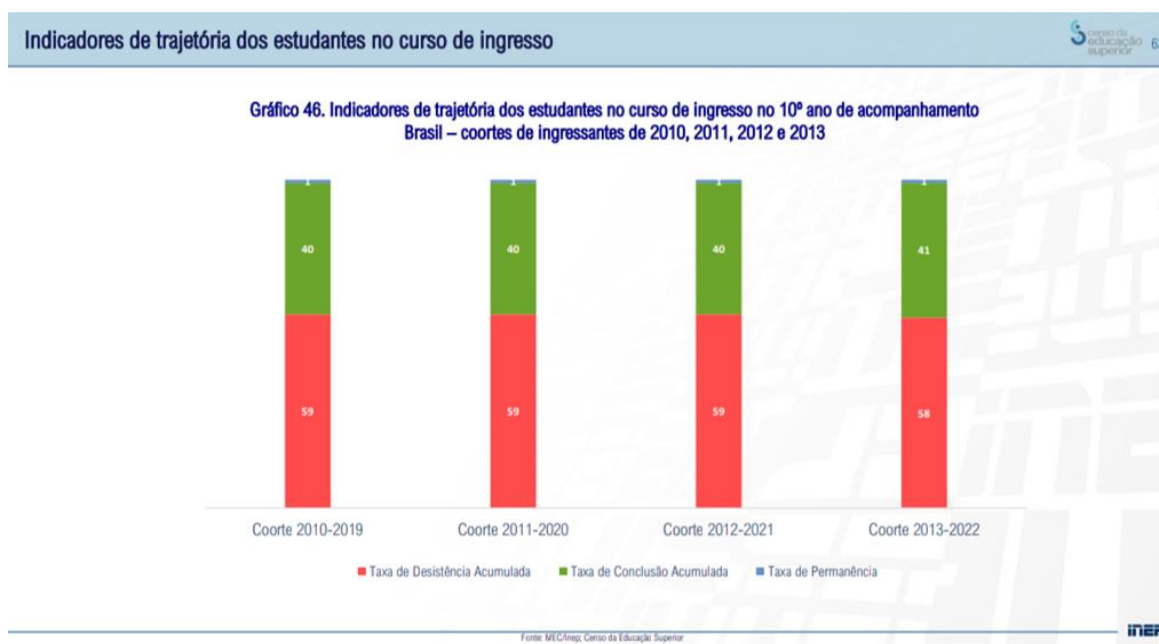
Para Queiroz (2010), a evasão escolar é o abandono da escola antes da conclusão de uma série ou de um determinado nível. Consiste no ato ou processo de evadir, de fugir, de escapar ou esquivar-se dos compromissos assumidos ou por vir a assumir. Nesse sentido, é possível verificar que o termo evasão refere-se ao abandono de uma instituição.

Reinert e Gonçalves (2010) compartilham a ideia de que, em linhas gerais, a evasão escolar compreende o abandono da escola durante o período letivo, ou seja, o aluno se matricula, inicia suas atividades escolares, porém, em seguida deixa de frequentar a escola.

Johann (2012) define a evasão como um fenômeno caracterizado pelo abandono do curso, quando há o rompimento do vínculo jurídico estabelecido, sem a renovação do compromisso ou sua manifestação de continuar no estabelecimento de ensino. Acrescenta ainda que, essa situação de evasão é vista como abandono, sem a intenção de voltar, uma vez que não renovando a matrícula rompe-se o vínculo existente entre aluno e escola.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de evasão escolar vem crescendo de forma preocupante no Brasil. Em 2022, a taxa de desistência acumulada atingiu 57,2%, refletindo os desafios enfrentados pelos estudantes para permanecer no sistema educacional. Esse aumento é motivado por uma série de fatores, como dificuldades econômicas, a necessidade de trabalho precoce, problemas familiares e a falta de apoio adequado dentro das escolas. A evasão escolar, especialmente em níveis elevados como esse, agrava as desigualdades sociais, limitando as oportunidades de ascensão econômica e contribuindo para a perpetuação da pobreza no país.

Gráfico 1 - Indicadores de trajetória dos estudantes no curso de ingresso.



Fonte: INEP, 2023.

7.3 EVASÃO X MÃES ESTUDANTES

Dentre os 59,6% do corpo estudantil nas Instituições de Ensino Superior (IES), apresentado anteriormente, formado por mulheres, está um subgrupo social, as mulheres que também são mães. As quais enfrentam desafios significativos para conciliar a maternidade com os estudos, o que frequentemente resulta em abandono escolar. A evasão escolar entre mães estudantes é um tema relevante no debate sobre a inclusão e permanência de jovens na educação, especialmente no Brasil. A falta de suporte, tanto em casa quanto nas escolas, as dificuldades financeiras e a necessidade de cuidar dos filhos criam barreiras que tornam difícil a continuidade dos estudos.

Neste subgrupo as mães solo são as mais impactadas pela maternidade nos estudos, como veremos a seguir. Embora poucos dados se tenham sobre esse grupo específico, alguns ainda podem ser observados, como veremos a seguir. Essa realidade impacta diretamente não apenas a trajetória

educacional dessas mulheres, mas também as oportunidades de trabalho e o desenvolvimento de seus filhos, perpetuando um ciclo de desigualdade social.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, do IBGE:

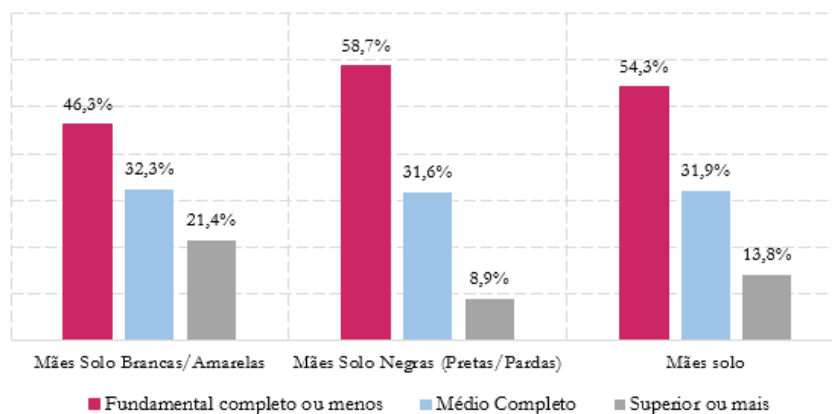
“o nível de ocupação das mulheres adultas (25 a 54 anos) é também diretamente afetado pela atividade de cuidados de crianças nos domicílios (CMIG 1.15). Em 2022, o indicador para mulheres em arranjos domiciliares com crianças de até 6 anos de idade era 9,6 p.p. menor do que para mulheres que residiam em domicílios sem crianças (diferença de 10,7 p.p. para mulheres pretas ou pardas e 6,7 p.p. para brancas). Ressalta-se que, no Brasil, somente pouco mais de 1/3 das crianças de 0 a 3 anos de idade frequentavam creche em 2022.”

(IBGE, 2024)

De acordo com a Fundação Getúlio Vargas(2023), com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do 4º trimestre de 2022, apenas 13% das mães solo no Brasil possuem nível superior. Esse dado revela uma realidade desafiadora para mães que criam seus filhos sozinhas, pois muitas vezes enfrentam dificuldades financeiras, falta de apoio e necessidade de conciliar múltiplas responsabilidades, o que dificulta a continuidade dos estudos.

Os indicadores destacam que entre as mães solo brancas e amarelas, 21,4% possuem nível superior completo, enquanto que entre as mães solo pretas e pardas esse número cai significativamente para 8,9%. Essa disparidade evidencia as desigualdades raciais que persistem no acesso à educação no Brasil, afetando de maneira mais acentuada as mulheres negras. se observa que uma parcela expressiva dessas mães não possui ensino superior. O gráfico a seguir demonstra que mais da metade (54,3%) das mães solo tem no máximo o ensino fundamental completo:

Gráfico 2 - Nível de Formação de Mães solo, indicador racial.



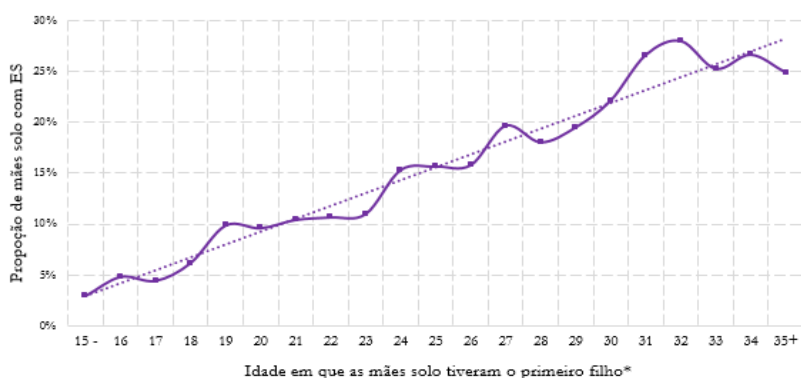
Fonte: Portal da FGV, 2023.

A baixa escolaridade dessas mulheres limita suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal e de acesso a empregos melhor remunerados, perpetuando o ciclo de desigualdade socioeconômica. A combinação de racismo estrutural, desigualdade econômica e falta de suporte

adequado agrava as dificuldades enfrentadas por mães solo negras, limitando suas oportunidades de avançar no sistema educacional e acessar empregos de maior qualificação e remuneração.

Ainda de acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas, a relação entre a idade em que as mães solo tiveram o primeiro filho e a proporção delas que possuem nível superior revela um padrão significativo. Observou-se que 30% das mães solo que possuem nível superior tiveram o primeiro filho após os 30 anos de idade. Esse dado sugere que mulheres que adiam a maternidade para depois dos 30 anos tendem a ter mais oportunidades de concluir seus estudos superiores antes de assumirem responsabilidades maternas. Fato observado conforme gráfico demonstrando que dentre as que tiveram o primeiro filho com 15 anos ou menos, apenas 3% têm ensino superior completo.

Gráfico 3 - Relação entre a idade em que as mães solo tiveram o primeiro filho e a proporção delas que têm ensino superior completo.



Fonte: Portal da FGV, 2023.

Esse fator pode estar ligado a uma maior estabilidade financeira e emocional, além de uma melhor estrutura de apoio, permitindo que elas conciliem a maternidade com o avanço educacional e profissional.

O grande problema é que o número de mães que necessitam cuidar de seus filhos sozinhas tem aumentado no país. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV, 2022), o “número de domicílios com mães solo cresceu 17,8%, passando de 9,6 milhões para 11,3 milhões. Ou seja, ocorreu um incremento de 1,7 milhão de mães solo em dez anos”.

Dados complementares do relatório, também mostram que 15% dos lares brasileiros são chefiados por mães e que 72,4% das mães nesta condição vivem só com os filhos, sem ter rede de apoio próxima.

Em Rondônia, conforme dados coletados da Central de Informações do Registro Civil - CRC Nacional 5,8% dos nascidos não possuem registros do nome do pai.

Imagem 1. Painel do Centro de Informações do Registro Civil

Região: Norte
 Estado: Rondônia
 Cidade: Escolha a cidade

Período ¹
 01/01/2016 até 29/09/2024 **Pesquisar**

Total de Nascimentos	Quantidade de pais ausentes
234.624 utilizando os filtros selecionados	13.567 utilizando os filtros selecionados

fonte: Arquivo pessoal, *Printscreen*.

Esse cenário reflete a necessidade urgente de políticas públicas inclusivas e voltadas para a equidade racial e de gênero, que promovam melhores condições de vida e educação para essas mulheres.

7.4 ESTRATÉGIAS EXISTENTES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO VOLTADAS PARA MÃES ESTUDANTES.

7.4.1 Quais são as políticas públicas voltadas à educação através do MEC, que visam diminuir desigualdades e fortalecer o ambiente escolar com programas educacionais nas instituições de ensino?

7.4.2 Projeto de Lei objetivava obrigar as universidades a criar espaços para filho de alunos(as)

O projeto de Lei 2189/19, que propõe a criação de espaços recreativos para os filhos de estudantes mães nas instituições de ensino superior, representa um passo importante na luta contra a evasão escolar. Essa iniciativa reconhece uma realidade que afeta muitas mulheres: a dificuldade de conciliar a maternidade com a busca por educação. No entanto, é necessário uma análise crítica das implicações e da eficácia dessa proposta.

Em primeiro lugar, o projeto parece atender a uma demanda legítima ao oferecer um suporte prático para que essas mães possam frequentar suas aulas com mais tranquilidade. O acesso a um espaço seguro e supervisionado para os filhos pode, de fato, minimizar um dos principais obstáculos que levam à evasão escolar: a dificuldade de cuidar dos filhos enquanto se estuda. Contudo, a efetividade dessa medida dependerá de sua implementação e da qualidade do atendimento prestado nesses espaços. Apenas criar um espaço não garante que ele será acolhedor ou que atenderá às necessidades das crianças e, conseqüentemente, das mães.

Além disso, a proposta deixa a cargo das instituições a criação de regras e diretrizes para esses espaços. Essa liberdade pode resultar em desigualdades significativas entre diferentes instituições. Enquanto algumas podem se comprometer a oferecer um ambiente adequado e bem estruturado, outras podem simplesmente cumprir a exigência legal de forma superficial, perpetuando a precariedade do suporte oferecido às mães estudantes.

7.4.3 Lei Nº 14.925, de 17 de julho de 2024

EMENTA: Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção; e altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para disciplinar a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo. Texto - Publicação Original: Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/7/2024, Página 1 (Publicação Original). Proposição Originária: PL 1741/2022.

Entre os principais pontos, destacam-se:

- **Prorrogação de Prazos:** As instituições de ensino devem garantir que os estudantes tenham prazos adicionais de pelo menos 180 dias para concluir disciplinas e trabalhos finais, após eventos como parto ou adoção;
- **Comunicação Formal:** Os estudantes devem informar formalmente suas instituições sobre as ausências, apresentando documentos comprobatórios;
- **Internação Hospitalar:** Em casos de internação hospitalar de filhos por mais de 30 dias, os prazos também são prorrogados;
- **Bolsas de Estudo:** As bolsas de estudo podem ser prorrogadas por até 180 dias em situações semelhantes, com condições específicas para casos de gravidez de risco ou internações.

7.4.4 Brinquedoteca da UNIR atende crianças da comunidade

A brinquedoteca da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) representa uma iniciativa significativa ao abrir suas portas para crianças de 2 a 10 anos da comunidade, funciona de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 11h30 e das 14h às 17h, e cada criança pode permanecer no espaço por até duas horas, com limite de no máximo 10 crianças por turno, para as crianças utilizarem o espaço é necessário que os responsáveis realizem o agendamento prévio por meio do formulário eletrônico.

Este espaço lúdico, vinculado ao curso de Pedagogia, oferece uma oportunidade valiosa para o desenvolvimento infantil, proporcionando um ambiente onde o brincar é fundamental para a aprendizagem. A ludicidade, intrínseca ao ato de brincar, é essencial para a formação cognitiva, social e emocional das crianças, destacando a importância de espaços dedicados ao brincar em contextos

educacionais.

No entanto, a exigência de agendamento por meio de um Google Formulário pode ser uma barreira para algumas famílias, especialmente aquelas que não têm acesso fácil à tecnologia ou que não estão familiarizadas com esse tipo de plataforma. A inclusão social é uma questão crucial em iniciativas como essa, e a brinquedoteca deve considerar formas alternativas de agendamento que sejam mais acessíveis para todos os membros da comunidade.

Além disso, o funcionamento restrito da brinquedoteca, com horários limitados e um número máximo de crianças por turno, pode restringir o acesso, deixando muitas crianças fora dessa experiência enriquecedora. Seria interessante explorar maneiras de expandir os horários ou aumentar a capacidade, talvez através da parceria com voluntários ou alunos do curso de Pedagogia, que poderiam atuar como monitores e auxiliar na supervisão das atividades.

7.4.5 Algumas universidades públicas e privadas que oferecem creches universitárias ou convênios com creches.

Muitas universidades públicas e privadas no Brasil oferecem creches universitárias ou convênios com creches para apoiar mães que estão matriculadas. Esses serviços permitem que as mães possam estudar enquanto seus filhos são cuidados em um ambiente próximo. Algumas universidades que oferecem esse tipo de apoio incluem:

- **Universidade de Brasília (UnB):** A UnB oferece creche universitária para as filhas e filhos de estudantes, professores e funcionários. O espaço foi inaugurado dia 15 de agosto de 2024 e vai iniciar as atividades em 2025. A creche pública, possui capacidade para 121 crianças, dessas, 30% das vagas serão destinadas à comunidade da UnB, que também poderá concorrer às demais. O que corresponde a 36 vagas.

Conforme matéria no site da universidade: *“A UnB aplicará os critérios da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEE-DF) para a seleção das 36 vagas, priorizando mães solo e pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme o Acordo de Colaboração firmado entre a SEE-DF e a UnB.”* (SECOM UNB, 2024).

Imagem 2 - Foto da creche da UnB.



fonte: Luis Gustavo Prado/Secom UnB

- **Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG):** A UFMG oferece creche para filhos de alunos e também tem programas de apoio psicossocial para mães. Mantida pela Associação dos Usuários de Creches da UFMG (Assuc) no prédio da Universidade, a Creche recebe 334 crianças por turma de horário integral ou parcial. As vagas são distribuídas entre berçário, maternal e jardim - crianças de três meses a cinco anos - e atende prioritariamente famílias que possuem vínculo com a UFMG. “Atualmente, a comunidade universitária ocupa mais de 80% das vagas ofertadas.”

A universidade oferece também o Auxílio a Estudantes com Filhos(as), conforme em site:

“O Programa Auxílio a Estudantes com Filhos é um suporte financeiro mensal oferecido pela Fump, em parceria com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), aos(às) estudantes de graduação posicionados(as) nos níveis I, II e III, que tenham filho(s) com idade de 0 a 5 anos e 11 meses (seis anos incompletos). O objetivo do benefício é certificar que estes(as) estudantes consigam garantir o cuidado educacional do(s) filho(s) enquanto frequentam as atividades acadêmicas. Os valores do suporte são R\$200,00 ou R\$400,00.”

(FUMP – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFMG)

- **Instituto Federal de Brasília - IFB** - Os Campi Brasília e São Sebastião, realizam o atendimento de crianças, filhos ou dependentes legais de estudantes do campus, desde de 2022, por meio da Ludoteca (LudoIF). O serviço, que visa apoiar o acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior, e iniciou com o funcionamento de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h, oferecendo atividades lúdicas e pedagógicas que buscam promover o desenvolvimento das crianças em áreas como cognição, socialização, autonomia, identidade, expressão sensível e artística, além da

consciência do corpo e do movimento.

Em visita técnica à instituição, pelas autoras deste artigo, possível por meio do projeto de extensão *Conexão Prática Federal 1ª ed.* do Instituto Federal de Rondônia, Campus Porto Velho Zona Norte, em conversa com servidora do Campus Brasília foi informado que atualmente a LudoIF funcionava também durante o período noturno.

Para utilizar o ambiente são necessário os seguintes requisitos, conforme o Regimento de Organização e Funcionamento da LudoIF:

Art. 1º – A LudoIF é um ambiente lúdico específico para atendimento de filhos, filhas ou dependentes legais dos/das estudantes do IFB Campus Brasília, na faixa etária de 3 a 8 anos.

1º A criança deverá estar desfraldada.

2º O responsável pela criança fica ciente de que a LudoIF apenas poderá acolher crianças que possuam autonomia para se alimentar e ir ao banheiro sozinhas.”.

Imagem 3 - Foto da sala lúdica do IFB.



Fonte: Portal do IFB, 2022.

8. CONCLUSÃO

A análise do quadro da educação superior no Brasil revela um cenário complexo e multifacetado, onde a crescente adesão ao ensino a distância (EAD) reflete a busca por maior flexibilidade e acesso à educação, especialmente em regiões distantes. Contudo, essa transição levanta preocupações quanto à qualidade do ensino e à alta taxa de evasão, que atinge desproporcionalmente grupos como mães estudantes e pessoas em situações de vulnerabilidade socioeconômica. O Brasil registrou uma taxa alarmante de 57,2% em 2022, a qual é influenciada por fatores econômicos, familiares e a falta de apoio institucional.

Os dados evidenciam que a faixa etária dos estudantes EAD é predominantemente de 31 a 40 anos, contrastando com a juventude da matrícula presencial. Essa diferença destaca a necessidade de estratégias educacionais adaptadas às realidades diversas dos alunos, em especial às estudantes mães, que enfrentam barreiras, como a conciliação entre responsabilidades familiares e acadêmicas, que muitas vezes resulta em evasão escolar, principalmente as mães-solo. Fator indicado pela opção das

mulheres em ter filhos cada vez mais tarde, postergando o usufruto de seu direito gestacional.

É crucial implementar políticas públicas que promovam a inclusão e ofereçam suporte específico a esses grupos vulneráveis. Iniciativas como o Programa de Bolsa Permanência e a criação de espaços recreativos nas instituições de ensino são passos importantes, mas ainda insuficientes. A efetividade dessas políticas deve ser constantemente avaliada para garantir que realmente atendam às necessidades das mães estudantes e promovam a equidade no acesso e na permanência na educação superior.

Em conclusão, o desafio da evasão no ensino superior no Brasil requer uma abordagem holística, que considere as particularidades de cada grupo de estudantes. É imprescindível que as políticas públicas se ampliem e se tornem mais inclusivas, oferecendo não apenas acesso, mas também condições reais de permanência e sucesso acadêmico, visando a construção de um futuro mais igualitário e promissor para todos os brasileiros.

9. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http:// www. planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 05 dez.2023.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. 1998. p.3. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. **Pesquisa de Métodos Mistos: Série Métodos de Pesquisa**. Penso Editora, 2015. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=HPyzCAAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR>. Acesso em 20 de jun. 2023.

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; JUNIOR, José Antonio Valle Antunes. **Design science research: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia**. Bookman Editora, 2020. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=M63XDwAAQBAJ&printsec= frontcover&hl =pt-BR](https://books.google.com.br/books?id=M63XDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR). Acesso em 08 de nov. 2023.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de saúde pública**, v. 24, p. 17-27, 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/csp/a/ Zbfsr8DcW5YNWVkyMVBByhrN/](https://www.scielo.br/j/csp/a/Zbfsr8DcW5YNWVkyMVBByhrN/). Acesso em 09 de set. 2023.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA FAMÍLIA. **Fatos e Números: Arranjos Familiares**. Secretaria Nacional da Família, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/ArranjosFamiliares.pdf>> Acesso em: 03 de out. 2024.

SOUZA, Andressa. **Estudo Da Evasão Escolar Nas Escolas Municipais Da Cidade De Araranguá**. Biblioteca Universitária da UFSC, Santa Catarina, 2018. Disponível em: <https://antigo.uab.ufsc.br/biologia/files/2014/05/Andressa-Costa-de-Matos-de-Souza-13401055.pdf>. Acesso em: 03 out. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 14.457, 21 de Setembro de 2022**. Brasília. 2024. Disponível em: [https://www.pla nalto.gov.br/ccivil_03/ ato2019-2022/2022/lei/14457.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2022/lei/14457.htm). Acesso em: 03 de out. 2024.

MEIRA, Cristiane Araújo. **A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo** . Repositório Online da UFES. Espírito Santo. 2015. Disponível em: [https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/c4a7146d -c293-4173-93ab-10777bf9e35e/content](https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/c4a7146d-c293-4173-93ab-10777bf9e35e/content). Acesso em: 03 de out. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **MEC fortalece políticas públicas para escolas brasileiras.** 2024. Online. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/mec-fortalece-politicas-publicas-para-escolas-brasileiras#:~:text=Assim%2C%20foram%20adotadas%20ou%20retomadas,a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20bil%C3%ADngue%20de%20surdos>. Acesso em: 30 de set. 2024.

MELO NETA, Joana Ferreira de. **Evasão Escolar na Educação com Jovens e Adultos: um Estudo Realizado em Duas Escolas Estaduais na Cidade de Ji-Paraná/RO.** 2019. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2019. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/2905>. Acesso em: 03 de out. de 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Divulgados resultados do Enade 2022.** 2023. Online. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/divulgados-resultados-do-enade-2022#:~:text=Os%20resultados%20do%20Exame%20Nacional,%2C%20em%20Bras%C3%ADlia%20\(DF\)](https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/divulgados-resultados-do-enade-2022#:~:text=Os%20resultados%20do%20Exame%20Nacional,%2C%20em%20Bras%C3%ADlia%20(DF)). Acesso em: 30 de set. 2024.

INEP. **Censo da Educação Superior 2022.** Divulgação dos resultados. Brasília. 2023. Online. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 03 de out. 2024.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil. 14ª edição.** São Paulo. 2024. Online. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/05/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-202.pdf>. Acesso em: 03 de out. 2024.

IBGE. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil** - 3ª edição. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica - n.38. 2024. Online. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em: 03 de out. 2024.

FGV. **Mães solo no mercado de trabalho crescem 1,7 milhão em dez anos.** 2023. Online. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/maes-solo-mercado-trabalho-crescem-17-milhao-dez-anos>. Acesso em 30 de set. 2024.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Painel Registral de pais ausentes.** Central de Informações do Registro Civil - CRC-Nacional. 2024. Online. Disponível em: <https://transparencia.registrocivil.org.br>

[/painel-registral/pais-ausentes](#) Acesso em: 27 de set. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto obriga universidades a criar espaços para filhos de alunos.** Brasília. Online. 2019. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/noticias/560650-projeto-obriga-universidades-a-criar-espacos-para-filhos-de-alunos/#:~: Câmara dos Deputados](https://www.camara.leg.br/noticias/560650-projeto-obriga-universidades-a-criar-espacos-para-filhos-de-alunos/#:~:C%C3%A2mara+dos+Deputados). Acesso em: 03 de out. 2024.

UNIR. **Brinquedoteca da UNIR abre agenda para atendimento de crianças de 2 a 10 anos.** Rondônia. 2023. Online. Disponível em: <https://unir.br/noticia/exibir/10369>. Acesso em: 03 de out. 2024.

UNB. **Universidade de Brasília garante 30% das vagas em creche pública no campus Darcy Ribeiro.** Brasília. Online. 2024. Disponível em: <https://noticias.unb.br/informes/7488-universidade-de-brasilia-garante-30-das-vagas-em-creche-publica-no-campus-darcy-ribeiro>. Acesso em: 03 de out. 2024.

UFMG. **Creche abre inscrições para crianças novatas.** Minas Gerais. Online. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/edicao/1234/creche-abre-inscricoes-para-criancas-novatas-1>. Acesso em: 03 de out. 2024.

FUMP -UFMG. **Auxílio a Estudantes com Filhos(as).** Minas Gerais. Online. Disponível em: <https://fump.ufmg.br/auxilio-a-estudantes-com-filho/>. Acesso em: 03 de out. 2024.

IFB. **LudoIF Campus Brasília: inscrições para atendimento de filhos de estudantes começam no dia 29.** Brasília. 2022. Online. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/brasilia/32271-ludoif-campus-brasilia-inscricoes-para-atendimento-de-filhos-de-estudantes-comecam-no-dia-29>. Acesso em: 03 de out. de 2024.

10. ANEXOS

10.1 Fotos do Espaço LudoIF do Campus Brasília do IFB, capturadas pelas autoras deste artigo durante visita técnica no dia 19 de junho de 2024.

